

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**  
**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura**  
**e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a**  
**agricultura**

**Área Temática: crédito para agricultura familiar**

**Período de Análise: 01/08/2016 a 31/08/2016**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Site eletrônico do MDS  
Site eletrônico do MDA  
Site Eletrônico do MMA  
Site eletrônico do INCRA  
Site eletrônico da CONAB  
Site eletrônico do MAPA  
Site eletrônico da Agência Carta Maior  
Site Eletrônico da Fetraf  
Site Eletrônico da MST  
Site Eletrônico da Contag  
Site Eletrônico da CNA  
Site Eletrônico da CPT  
Carta Capital

**Estagiária: Ananda da Silveira.**

## **Índice:**

<b>Fetraf defende ampliação do prazo do cadastro rural de agricultores familiares.</b> – Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 03/08/2016 .....	4
<b>Governo lança edital de R\$ 500 mil para pesquisa em agricultura familiar.</b> – Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 04/08/2016 .....	6
<b>PIAUÍ: Conab firma novos contratos com agricultores familiares.</b> – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 05/08/2016.....	8
<b>Conab lança edital para compras de produtos da agricultura familiar.</b> – Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 08/08/2016 .....	8
<b>Seminários fortalecem atuação de agricultores familiares sobre PAA e PNAE.</b> – Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 08/08/2016 .....	9
<b>Conab lança edital para compras de produtos da agricultura familiar.</b> - Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 09/08/2016 .....	11
<b>FETRAF faz parceria com BB para garantir execução do Pronaf aos agricultores familiares.</b> Patrícia Costa - Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 12/08/2016.....	12
<b>Produtos da agricultura familiar terão custos de produção atualizados.</b> – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 16/08/2016.....	14
<b>Governo promove agricultura familiar.</b> Lucas Tolentino – Ministério do Meio Ambiente (MMA). 17/08/2016 .....	14
<b>Encerra amanhã prazo para entrega de propostas para compra institucional da agricultura familiar.</b> – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 18/08/2016.....	16
<b>Agricultoras familiares têm condições especiais no Pronaf Mulher.</b> - Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 22/08/2016 .....	17

**ACRE: Novos contratos do PAA beneficiarão mais de 20 mil pessoas no estado.** –  
Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 24/08/2016..... 19

**Fetraf defende ampliação do prazo do cadastro rural de agricultores familiares. – Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 03/08/2016**

A Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (Fetraf) defendeu a ampliação do prazo para o cadastro rural e a regularização ambiental das propriedades dos agricultores familiares, em audiência pública na Câmara dos Deputados, nesta terça-feira 02.08.

A Comissão Mista analisa a Medida Provisória (MP) 724/16 que estende para 5 de maio de 2017 o período de inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e de adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA). O prazo acabaria em 5 de maio deste ano.

O coordenador de gestão e finanças da Fetraf Lázaro Bento, apoiou a prorrogação do prazo lembrando que não é apenas adiar datas, mas ajustar a medida de acordo com as necessidades considerando as realidades de cada região. “Está claro que prorrogar o prazo é necessário, porém temos que dialogar para saber como será feito o processo com os estados que ainda não estão adequados para dar prosseguimento com o Programa de Regularização Ambiental PRA, caso contrário não iremos avançar”.

Representantes do governo e de agricultores que participaram da audiência pública, também apoiam a ampliação do prazo e para eles, a medida vai trazer segurança jurídica para os produtores rurais.

O assessor da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), Elisiário Noé Toledo, afirmou que já foram feitos cerca de 3,5 milhões de cadastros rurais, restando ainda cerca de 2 milhões por fazer. Ele aproveitou para reclamar do baixo investimento do País na agricultura, que, segundo ele, não chega a 1% do Orçamento da União.

Para o presidente da Comissão Nacional de Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Rodrigo Justus de Brito, o cadastramento das propriedades rurais deve ser algo permanente, até pelas grandes dimensões do País. "O cadastramento é só o começo do procedimento da regularização que termina com a análise, a emissão das certidões; então é necessário que a parte burocrática agora caminhe, tendo em vista que os produtores gastaram para fazer cadastramento, projeto e, depois disso tudo, não pode esse monte de informações ficar parado dentro dos órgãos".

O coordenador da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, João Cláudio da Silva Souza, afirmou que "o Ministério da Agricultura tem o posicionamento de que deve ser concedido um prazo adicional para todos os produtores rurais e não apenas para os agricultores familiares". Souza destacou que a MP tem o mérito de ter um "caráter pacificador" e lembrou que, sem a regularização do cadastro, o produtor rural não poderá contratar crédito com juros diferenciados.

O vice-presidente da Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (Anamma), Fábio Camargo, lamentou que muitas discussões ficam a cargo da União e dos estados, enquanto os municípios são esquecidos. Camargo pediu que o governo pense em um cadastro para as propriedades no âmbito dos municípios, nos mesmos moldes do CAR, para auxiliar nos planos municipais de expansão territorial. "Mais importante que o cadastro em si, é o uso dele. Com um cadastro para os municípios, poderemos ampliar a responsabilidade ambiental dentro das cidades", ponderou Camargo.

Na visão do relator da comissão, deputado Josué Bengston (PTB-BA), o ideal seria que cada estado tivesse seu próprio prazo para concluir o cadastramento rural. Ele disse que os estados têm realidades e recursos muito diferentes para atender a somente um prazo.

O deputado também disse duvidar que todos os estados tenham condições de completar o cadastro até maio do ano que vem. Bengston ainda admitiu ter preocupações com possíveis conflitos do texto da MP e a lei vigente. Por isso, vai analisar as emendas para acatar o que não é conflitante com a legislação atual para que a proposta possa ser aprovada na comissão.

O assessor do Serviço Florestal Brasileiro, André Alcântara, por sua vez, disse que não vê "nenhum tipo de choque" entre a legislação e a MP. Segundo Alcântara, a lei atinge todos os produtores, enquanto a MP tem foco no pequeno produtor. Ele acrescentou que o cadastramento tem caráter permanente e a MP vem reforçar a importância do cadastro rural. "O objetivo final do cadastro é instrumentalizar o poder público na implantação de políticas em favor da sociedade", declarou.

O CAR é um registro eletrônico obrigatório criado pelo Novo Código Florestal para permitir a identificação e regularização das propriedades rurais. Só quem já atualizou o CAR pode aderir ao PRA, que é um conjunto de iniciativas a serem desenvolvidas por proprietários e posseiros rurais para preservação de suas terras.

A medida contempla exclusivamente os proprietários e possuidores de imóveis rurais que obedecem à condição de pequena propriedade ou posse rural familiar, entendidas como aquelas com até quatro módulos fiscais, bem como as terras indígenas demarcadas e demais áreas tituladas de povos e comunidades tradicionais que façam uso coletivo do seu território.

A Lei 13.295/16, derivada da MP 707/15, já havia estendido o prazo para todos os produtores rurais se inscreverem no CAR, mas a MP 724/16 continua tramitando por tratar também do prazo para inscrição no PRA, assunto que não foi tratado pela lei. A MP 724/16 teve o prazo final de vigência prorrogado para 1º de setembro.

---

**Governo lança edital de R\$ 500 mil para pesquisa em agricultura familiar. – Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 04/08/2016**

O Governo de Mato Grosso, por meio do Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (Fapemat) e com o apoio da Secretaria de Estado Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários (Seaf-MT), lançou, nesta semana, o edital induzido para pesquisas em grupo para o desenvolvimento e transferência de tecnologias na agricultura familiar.

Além de apoiar o desenvolvimento da pequena agricultura, o edital tem como objetivo que essas as propostas apontem soluções de problemas, ferramentas e metodologias modernas e inovadoras na agricultura familiar.

As propostas aprovadas serão financiadas com recursos de capital e custeio, no valor global estimado em R\$ 500.000,00 oriundos da Fapemat e Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

“Sugerimos este edital em reuniões com a Secitec e Fapemat desde o ano passado, pois acreditamos que o Estado deve estimular pesquisas e estudos que visam qualificar os projetos técnicos de apoio à agricultura familiar. Estamos satisfeitos com o lançamento do edital, que muito irá ajudar a nortear políticas públicas para as cadeias produtivas que trabalhamos”, comentou o secretário de Estado de Agricultura Familiar, Suelme Fernandes.

As propostas para o edital deverão ser enviadas até o dia 02 de setembro de 2016 e devem atender às seguintes linhas temáticas:

1. Desenvolvimento e transferência de tecnologias apropriadas à agricultura familiar na cadeia produtiva da fruticultura;
2. Desenvolvimento e transferência de tecnologias apropriadas à agricultura familiar na cadeia produtiva da olericultura;
3. Desenvolvimento e transferência de tecnologias apropriadas à agricultura familiar na criação e manejo do pirarucu;
4. Desenvolvimento e transferência de tecnologias apropriadas à agricultura familiar em sistemas agroflorestais com cafeeiro;
5. Desenvolvimento e transferência de tecnologias apropriadas à agricultura familiar nas agroindústrias de base familiar.

Segundo o analista da Seaf, professor Luciano Ferreira, que é especialista em horticultura, as cadeias produtivas e temáticas da Seaf foram priorizadas neste edital, como a cafeicultura, piscicultura, olericultura e agroindústrias. “Este é o diferencial do edital induzido”, ressaltou.

Para inscrição no edital, o grupo de pesquisa deve estar devidamente cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa da plataforma Lattes do CNPq, há pelo menos um ano, certificado por uma instituição sediada em Mato Grosso.

Além disso, obrigatoriamente, o edital prevê que no mínimo dois membros da equipe do projeto devem ser da Seaf-MT. O resultado dos projetos vencedores será divulgado no dia 24 de outubro de 2016.

**PIAUI: Conab firma novos contratos com agricultores familiares. – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 05/08/2016**

Treze associações e cooperativas de pequenos agricultores do Piauí firmaram novos contratos com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para fornecimento de produtos diversos que vão desde bolos a hortifrutigranjeiros.

A produção da agricultura familiar será comprada por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na modalidade Compra com Doação simultânea, com investimento de R\$ 1,8 milhão do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

Foram contempladas as seguintes instituições: Associação das Mulheres Trabalhadoras de José de Freitas, Cooperativa Fruto Daqui de José de Freitas, Associação das Mulheres Solidárias de Altos, Associação do Assentamento São Francisco II de José de Freitas, Associação das Mulheres de São Pedro do Piauí, Associação de Tapera de Pedro II, Associação do Assentamento Nossa Esperança de Altos Associação Pratense de Prata do Piauí, Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Queimada Nova, Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Paulistana, Associação dos Trabalhadores Rurais, Pais e Amigos de Colônia do Piauí, Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Marrecas de São João e Associação dos Produtores Rurais da Localidade de Baixa Funda de Santo Inácio.

Os alimentos serão doados para o Sesc Mesa Brasil e para os fundos municipais de Assistência Social, para atendimento a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

---

**Conab lança edital para compras de produtos da agricultura familiar. – Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 08/08/2016**

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) abriu nesta segunda-feira (8) as inscrições para a 1ª chamada pública de 2016 para compra institucional da agricultura familiar. A estatal vai adquirir sete produtos: açúcar mascavo ou rapadura, arroz beneficiado, farinha de mandioca, farinha de trigo, feijão comum preto, farinha de milho e leite em pó integral. Ao todo, serão 4,4 mil toneladas de alimentos destinados à composição de cestas de alimentos para distribuição a grupos populacionais específicos, em situação de insegurança alimentar e nutricional.



A compra será realizada por meio das Superintendências Regionais da Companhia em Alagoas, Amazonas, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Os produtos serão destinados a todos os estados brasileiros e deverão ser entregues até o dia 30 de setembro, conforme determinação do edital da chamada pública.

As inscrições deverão ser feitas em dias úteis e em horário comercial até 19 de agosto. No último dia, a inscrição será feita até às 12h. A abertura, análise e classificação das propostas está marcada para as 14h do mesmo dia nas superintendências citadas.

Para participar da Chamada Pública, as representações devem enviar a documentação exigida, como cópia do CNPJ da organização, DAP Jurídica, entre outros, além das amostras do produto para avaliação prévia e o formulário com a proposta de venda. Toda documentação deve ser encaminhada à superintendência da Conab no respectivo Estado. Os produtos que não atenderem as especificações exigidas serão recusados e colocados à disposição da organização fornecedora, que terá o prazo máximo de 30 dias para retirada do produto.

O limite de venda por agricultor familiar (DAP pessoa física) é de R\$ 20 mil por ano, por órgão comprador, independente de já fornecerem a outras modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos ou do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Já o limite para cooperativas ou associações é de R\$ 6 milhões por DAP Jurídica, também por órgão comprador.

**Novos produtos** - Pela primeira vez, a Conab irá adquirir açúcar mascavo ou rapadura para composição das cestas de alimentos. A Companhia, por meio dos padrões de qualidade, definiu limites de aceitabilidade para que tais produtos fossem adquiridos da agricultura familiar pelo governo federal.

---

**Seminários fortalecem atuação de agricultores familiares sobre PAA e PNAE. – Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 08/08/2016**

Com a realização do Seminário Regional sobre Organização Socioprodutiva da Agricultura Familiar - o caminho para o acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para o público da Zona

da Mata, ontem e hoje (5), no Centro Social Euclides Nascimento, em Carpina, a Diretoria de Política Agrícola da Fetape encerra uma série de encontros ocorridos nas três regiões do estado. Em cada atividade, os/as agricultores/as familiares saíram satisfeitos, pois esclareceram muitas dúvidas sobre as políticas públicas voltadas para o campo.

Os Seminários, que também aconteceram nos dias 2 e 3 de agosto para o Agreste, e 20 e 21 de julho, no Sertão, contaram com 300 participantes, entre dirigentes sindicais, lideranças rurais, membros de conselhos municipais e colegiados territoriais.

Em cada evento, os/as participantes discutiram os desafios e possibilidades do PAA e PNAE, além de receberem as informações necessárias para o ingresso a esses programas. Gestores municipais e representantes de instituições que articulam e organizam produtores e produtoras, a exemplo da Contag, também foram convidados. Intercâmbio de experiências, e a entrega de uma publicação sobre o tema enriqueceram a ação.

“Tivemos o privilégio de contar com a participação de representantes da Conab, do IPA e da Contag, que contribuíram bastante com o debate. Como o nosso público já trabalha com os programas, as intervenções foram muito ricas. Muitas dúvidas foram tiradas com relação ao PAA e ao PNAE”, avalia o diretor de Política Agrícola da Fetape, Adimilson Nunis.

Ao final de cada encontro, as avaliações tinham um ponto em comum: a riqueza de informações atualizadas sobre os dois programas. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais (STTR) de Lagoa de Itaenga, localizado na Zona da Mata Norte, Luiz Damião, afirma que a atividade foi bastante importante, “principalmente por abordar as políticas públicas, como o PAA e o PNAE, programas que surgiram para fortalecer a agricultura familiar”.

Há três anos, o STTR coordena 35 agricultores/as familiares que estão cadastrados no PNAE. Damião acrescenta que é importante produzir, mais ainda poder comercializar os produtos. “Quanto mais o agricultor souber como funcionam os programas, mais ele fica empoderado na hora de argumentar com os gestores municipais”, conclui.

Os Seminários integraram o Projeto de Organização Socioprodutiva do Acesso às Políticas Públicas de Organização da Produção e Comercialização da Agricultura Familiar: PAA e PNAE, que ocorreu por meio de uma parceria entre a Fetape, STTRs da

Zona da Mata, Agreste e Sertão e a Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco.

Criado em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma ação do Governo Federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores e agricultoras familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), implantado em 1955, contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta de alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional.

São atendidos pelo Programa os alunos e alunas de toda a educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público), por meio da transferência de recursos financeiros.

---

**Conab lança edital para compras de produtos da agricultura familiar. - Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 09/08/2016**

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) abriu na segunda-feira (8) as inscrições para a 1ª chamada pública de 2016 para compra institucional da agricultura familiar. A estatal vai adquirir sete produtos: açúcar mascavo ou rapadura, arroz beneficiado, farinha de mandioca, farinha de trigo, feijão comum preto, farinha de milho e leite em pó integral. Ao todo, serão 4,4 mil toneladas de alimentos destinados à composição de cestas de alimentos para distribuição a grupos populacionais específicos, em situação de insegurança alimentar e nutricional.

A compra será realizada por meio das Superintendências Regionais da Companhia em Alagoas, Amazonas, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Os produtos serão

destinados a todos os estados brasileiros e deverão ser entregues até o dia 30 de setembro, conforme determinação do edital da chamada pública.

As inscrições deverão ser feitas em dias úteis e em horário comercial até 19 de agosto. No último dia, a inscrição será feita até às 12h. A abertura, análise e classificação das propostas está marcada para as 14h do mesmo dia nas superintendências citadas.

Para participar da Chamada Pública, as representações devem enviar a documentação exigida, como cópia do CNPJ da organização, DAP Jurídica, entre outros, além das amostras do produto para avaliação prévia e o formulário com a proposta de venda. Toda documentação deve ser encaminhada à superintendência da Conab no respectivo Estado. Os produtos que não atenderem as especificações exigidas serão recusados e colocados à disposição da organização fornecedora, que terá o prazo máximo de 30 dias para retirada do produto.

O limite de venda por agricultor familiar (DAP pessoa física) é de R\$ 20 mil por ano, por órgão comprador, independente de já fornecerem a outras modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos ou do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Já o limite para cooperativas ou associações é de R\$ 6 milhões por DAP Jurídica, também por órgão comprador.

Novos produtos - Pela primeira vez, a Conab irá adquirir açúcar mascavo ou rapadura para composição das cestas de alimentos. A Companhia, por meio dos padrões de qualidade, definiu limites de aceitabilidade para que tais produtos fossem adquiridos da agricultura familiar pelo governo federal.

---

**FETRAF faz parceria com BB para garantir execução do Pronaf aos agricultores familiares. Patrícia Costa - Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 12/08/2016**

A Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar realizou uma parceria com o Banco do Brasil para garantir que os agricultores familiares tenham acesso aos programas de desenvolvimento agrário, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

O programa funciona com recursos do Plano Safra da Agricultura Familiar, que este ano, com a presidente Dilma Rousseff, o Governo destinou R\$ 30 bilhões para o crédito rural à agricultura familiar, com juros mais baixos e redução de 5,5% para 2,5% ao ano para estimular produção de cesta de alimentos que compõem os índices da inflação, produção de base e agroecológica, e investimentos em práticas sustentáveis de manejo do solo e da água, produção de energia renovável e armazenagem.

Segundo o coordenador geral da Fetraf Brasil Marcos Rochinski, os agricultores estavam tendo dificuldades na renovação do crédito. “Ouvimos reclamações que não estavam acontecendo as renovações, porém, ontem, no Banco do Brasil, tivemos a informações de que este problema foi resolvido e que essa renovação já está sendo processada com as correções dos valores de financiamento de acordo com as tabelas de custo e produção”, declarou.

O convênio entre Fetraf e Banco do Brasil vai possibilitar que os agricultores familiares operacionalizem o Pronaf com mais facilidade, por meio da instalação do programa do Banco do Brasil dentro dos sindicatos.

Além disso, outra pauta discutida na reunião da Fetraf com BB foi relacionada a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, instrumento que identifica a família como beneficiária do Pronaf, ou seja, diz a que grupo a família pertence e constitui-se em documento obrigatório para acessar o crédito Pronaf.

“Manifestamos a nossa contrariedade ao esse processo junto aos Conselhos Municipais. Primeiramente por entender que retira a legitimidade dos nossos sindicatos entre outras entidades. Outra, porque é um processo que burocratiza e que certamente vai deixar muitos agricultores sem poder acessar o crédito, além de não resolver a questão da transparência da emissão da DAP”, argumenta Rochinski.

De acordo com o coordenador, a informação do BB é que apenas agricultores iniciantes e que não possuem cadastro com o agente financeiro é que terão a necessidade da homologação junto aos conselhos. “Sugerimos um conjunto de outras medidas, entre elas que o banco oriente suas agências, no caso de agricultores iniciantes, que ao procurar o emissor da DAP se dirija ao sindicato ou Emater. Esta condução vai assegurar que não haja um processo burocrático por dentro dos conselhos municipais”, esclarece.

A intervenção da Fetraf nesta parceria com o BB é importante para que os trabalhadores do campo consigam operacionalizar o Pronaf. “ Essa aproximação com o BB e outros agentes é primeiramente para garantir o acesso por parte de nossos agricultores às políticas públicas de desenvolvimento agrário, principalmente ao Pronaf, como também zelar pelo que conquistamos no Plano Safra, cujo caráter atual foi elaborado com a participação da Fetraf. Se não acompanharmos de perto a execução desse processo através dos agentes financeiros, muitas coisas acabam se perdendo”, enfatiza Marcos.

---

**Produtos da agricultura familiar terão custos de produção atualizados. – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 16/08/2016**

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) vai atualizar os custos de produção de 21 produtos da agricultura familiar até o fim do ano. Cerca de R\$ 100 mil foram liberados esta semana para a cooperação com a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, da Casa Civil, por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED).

O levantamento dos custos de produção é necessário para atualização dos preços de referência da Política de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF) e a Conab é quem calcula periodicamente as despesas que o agricultor tem com sua colheita, além de acompanhar o preço dos produtos no mercado.

Pela PGPAF, o agricultor recebe um complemento financeiro (bônus), quando o preço de mercado está abaixo do valor de referência do governo. O bônus é usado na quitação de financiamento de custeio pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), garantindo renda e viabilidade de venda de produtos como laranja, banana, cana-de-açúcar, leite, cebola e pêssego, feijão, milho e outros.

---

**Governo promove agricultura familiar. Lucas Tolentino – Ministério do Meio Ambiente (MMA). 17/08/2016**

A agricultura familiar, a segurança alimentar e o combate à pobreza estarão entre as prioridades do governo federal. O ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, afirmou nesta quarta-feira (17/08) que medidas de apoio ao pequeno produtor serão fundamentais

para o desenvolvimento sustentável do país. A declaração foi dada na abertura da Feira dos Povos do Brasil e da exposição Outras Vidas, ambas no Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

O objetivo é fomentar atividades que integrem produção e conservação ambiental. “O caminho que buscamos é o de desenvolvimento com justiça social, garantindo os direitos de todos”, afirmou o ministro. Segundo ele, as associações e cooperativas dos pequenos produtores são essenciais nesse processo. “O trabalho deles comprova que é possível conviver com a natureza e a produção sem que haja antagonismo”, afirmou o ministro.

A Feira dos Povos do Brasil reúne produtores de várias partes do país com alimentos e artesanatos produzidos de maneira sustentável. A secretária executiva do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, Kátia Favilla, destacou a importância da iniciativa para incentivar os grupos que mantêm suas tradições e garantem a conservação da biodiversidade. “Temos a missão de promover a inclusão social e produtiva de todos”, afirmou.

A consciência ambiental faz parte da rotina dos expositores. Baiana de Salvador, a coordenadora da Associação de Cultura Patrimônio Bantu, Rose Vidal, contou que não abre mão de uma série de cuidados como a destinação correta do óleo de dendê usado no preparo dos alimentos servidos pelo grupo. “Temos uma preocupação que vem desde cedo com o que fazemos com a natureza”, lembrou. “Essa é uma oportunidade para empreender, divulgar nosso trabalho e contribuir para o meio ambiente”, acrescentou.

O evento é uma parceria do Ministério do Meio Ambiente (MMA) com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) e ocorrerá em dois locais: no Jardim Botânico do Rio de Janeiro (de 18 a 21) e na Casa Brasil (nos dias 19 e 20). Montada na Praça Mauá, a Casa Brasil é um espaço para divulgar o país durante os jogos olímpicos.

Foram selecionados empreendimentos dos sete biomas brasileiros: Amazônia, Caatinga, Cerrado, Costeiro e Marinho, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal. Participam associações, cooperativas ou redes de comercialização de indígenas, quilombolas, pantaneiros, povos de matriz africana e de terreiro, extrativistas, pescadores artesanais, entre outras comunidades tradicionais.

Aberta para visitação até 31 de agosto, a exposição sensorial Outras Vidas oferecerá uma experiência sinestésica a partir dos efeitos da ação do homem sobre a fauna e a flora

brasileiras. Cerrado, Caatinga, Pantanal e Pampa estão retratados em combinações fotográficas ampliadas em grandes formatos e textos poéticos da jornalista Luciene de Assis que transportam o visitante até cada um desses ambientes. As fotografias são combinadas entre elas por semelhanças e contrastes, micro e macro, cores e linhas.

Ao entrar no ambiente, o público poderá sentir um pouco do que ocorre com a fauna e a flora ao serem atingidas por uma queimada ou pelo desmatamento. Em ambiente fechado, sons, luzes e palavras levam cada visitante a refletir sobre o drama vivido por tatus, cobras, pássaros, cervos e centenas de outros animais, vítimas das ações nocivas dos homens. “A gente quer marcar as pessoas por dentro para que elas verifiquem de que modo elas podem proteger estes biomas”, disse o idealizador da exposição, o analista ambiental Rodrigo Braga.

“Eu fiquei imaginando como os bichos se sentem quando a mata está pegando fogo. Você não vê nada. É um negócio meio claustrofóbico. Acho que a gente devia trazer aqui determinadas pessoas que não têm a sensibilidade do que acontece quando tocam fogo na mata para plantarem capim, plantarem soja. Deviam sentir o que esta experiência proporciona para ver se abre dentro deles uma certa sensibilidade e saber que isso é muito ruim para a natureza, para os bichos e para o desenvolvimento”, disse o ministro após visitar o espaço.

---

**Encerra amanhã prazo para entrega de propostas para compra institucional da agricultura familiar. – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 18/08/2016**

Cooperativas e associações da agricultura familiar interessadas em participar da primeira chamada pública de 2016 para compra de alimentos têm até sexta-feira (19) para enviar suas propostas. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) irá adquirir sete produtos: açúcar mascavo ou rapadura, arroz beneficiado, farinha de mandioca, farinha de trigo, feijão comum preto, farinha de milho e leite em pó integral.

As propostas devem ser entregues nas superintendências regionais da Companhia nos estados de Alagoas, Amazonas, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina em horário comercial, até as 12h de amanhã (19). Para participar é preciso apresentar formulário com a proposta de venda, cópia do CNPJ da organização, DAP Jurídica, entre outros



documentos exigidos no edital de cada estado, que podem ser consultados aqui, além das amostras do produto para avaliação prévia.

Ao todo, serão adquiridas 4,4 mil toneladas de alimentos, destinadas à composição de cestas para distribuição a grupos populacionais específicos, em situação de insegurança alimentar e nutricional em todo o país.

---

**Agricultoras familiares têm condições especiais no Pronaf Mulher. - Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 22/08/2016**

Segundo o último Censo Agropecuário do IBGE, no Brasil, 74,4% dos trabalhadores rurais estão em propriedades familiares, e as mulheres representam 30% da força de trabalho nesses empreendimentos. O número corresponde a 4,1 milhões de agricultoras. Para que elas possam desenvolver seus projetos, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) oferece linhas específicas de financiamento para mulheres. Na última safra, referente ao período de julho de 2015 a junho de 2016, agricultoras acessaram R\$ 57 milhões em crédito através do Pronaf Mulher.

Coordenado pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead), o Pronaf – juntamente com o serviço de assistência técnica rural e políticas de comercialização, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – tem levado desenvolvimento, sustentabilidade e qualidade de vida a agricultoras familiares.

O Pronaf Mulher surgiu em 2003. De acordo com a coordenadora de Organização Produtiva e Comercialização da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais da Sead, Priscila Silva, o crédito dá a possibilidade de as mulheres se tornarem autônomas. “No meio rural, muitas vezes as mulheres trabalham a vida inteira no campo, mas quem pega o empréstimo no banco e decide no que será investido é o marido”, diz. Para acessar o financiamento, é necessário que a agricultora tenha a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) atualizada e no nome dela.

Tudo que a agricultora familiar Noilde Maria de Jesus, de 47 anos, precisava para iniciar seu negócio era uma “forcinha”. A habilidade de lidar com a terra e o empreendedorismo

ela já tinha. Esse empurrãozinho que faltava veio em 2010, quando ela financiou R\$ 5 mil através do Pronaf Mulher para investir na produção de morangos.

O sítio Cantinho do Morango fica no Assentamento Betinho, em Brazlândia (DF). E lá que Noilde, cansada de trabalhar por 10 anos na propriedade dos vizinhos, separada do marido, com nove filhos para criar, iniciou a produção com o plantio de cinco mil mudas de morango. No ano passado, nos cinco hectares, ela plantou 30 mil mudas da fruta e está investindo na transição para agroecologia. “Eu não achava legal ficar pulverizando veneno todo dia. Aí decidi mudar”, destaca.

Ao longo dos últimos seis anos, Noeli conta que usou o financiamento do Pronaf Mulher quatro vezes e que teve o apoio da assistência técnica da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Governo do Distrito Federal (Emater-DF), para deslançar o seu negócio. Com o último empréstimo, na linha Investimento, em 2013, no valor de R\$ 28 mil, ela comprou um veículo para transportar as frutas. A carência foi de um ano para iniciar o pagamento.

“A Emater acompanha até hoje a minha produção. É um trabalho importante porque tem muita coisa que vai renovando e eles vão nos atualizando”, conta. A agricultora também teve o apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (Sebrae) para estruturar o seu negócio. Pelo seu exemplo de aprendizado e superação, Noilde recebeu, inclusive, o Troféu Ouro do Sebrae na categoria produtora rural.

Além da Ceasa do Distrito Federal, os morangos de Noilde também são comercializados através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Em ambos, os agricultores familiares participam de processos de compras institucionais do governo, uma forma de garantir a venda dos seus produtos.

Por meio do PNAE, Noilde venderá, este ano, R\$ 20 mil em morangos para a merenda escolar das instituições de ensino pública do Distrito Federal. E, pelo PAA, mais R\$ 6 mil. “Vendo para esses dois programas desde que iniciei o canteiro de morangos. Por ser uma venda garantida, ajuda muito”, relata.

Além do Pronaf Mulher, as agricultoras também podem acessar outras linhas de financiamento dentro do programa, desde que observadas as condições estabelecidas no Microcrédito Rural. No caso do Pronaf Mulher, estão disponíveis crédito nos grupos “A”

e “B”, com valor no limite de até R\$ 4 mil, juros de 0,5% ao ano e com prazo de até 2 anos para pagamento. Para aquelas agricultoras enquadradas no grupo variável do programa, o limite é de até R\$ 330 mil para atividades de suinocultura, avicultura, carcinicultura (criação de camarões em viveiros) e fruticultura.

O Pronaf Mulher pode ser solicitado em instituições financeiras como Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia e bancos de cooperativas. Para saber mais sobre as linhas de financiamento, a agricultora pode acessar o site do BNDES.

---

**ACRE: Novos contratos do PAA beneficiarão mais de 20 mil pessoas no estado. – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 24/08/2016**

Sete novos contratos foram assinados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), por meio da Superintendência Regional do Acre, com associações e cooperativas de agricultores familiares do estado, para fornecimento de diversos produtos por meio do programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Os alimentos beneficiarão 21,6 mil pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional no estado, entre elas 6 mil crianças e adolescentes atendidas por creches e escolas da região.

O investimento, na ordem de R\$ 800 mil reais, contempla famílias de 119 pequenos agricultores da Colônia de Pescadores e Aquicultores de Rio Branco, da Coopergrãos de Brasileira, da Associação Nova Baixa Verde de Senador Guiomard, da Cooperdom de Bujari, da Cooperativa de Pescadores e Aquicultores de Tarauacá e, ainda, das Associações Hélio Pimenta e São Gerônimo, de Porto Acre.

Entre os alimentos adquiridos pela Companhia, por meio de parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) estão peixes (Tambaqui, Tambacú, Curimatã, Jundiá e Pirapitinga) e hortifrutis (alface, abóbora, couve, pepino, tomate, mamão, banana e raiz de mandioca).

Em Rio Branco, os alimentos beneficiarão pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional atendidas por instituições socioassistenciais como Cooperativa Catar, Associação Mães Amigas, Creche Comunitária Coração de Jesus, Centro de Recuperação Caminho de Luz, Desafio Jovem Peniel, Casa Terapêutica Shalon.

Já no interior do estado, entre as contempladas estão as escolas José Ruy da Silveira Lino e Plácido de Castro em Brasiléia, José Cesário de Farias e Edmundo Pinto no município de Bujari, Felon Manoel e Carlos Alberto em Senador Guomard, e escolas Joaquim Falcão Macedo e Major Venceslau Salinas em Porto Acre.

---

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,  
Fábio Luiz Búriço, Georges Flexor, Jorge Romano,  
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,  
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,  
Sílvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

**Assistentes de Pesquisa**  
José Renato S. Porto

**Secretária**  
Diva de Faria

**op**  
**pa** **Observatório de Políticas**  
**Públicas para a Agricultura**

**cpda** **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais**  
**em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**  
**UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa